

BOLETIM TRIMESTRAL DE INDICADORES DO TRABALHO

Número: 02/2022

Período de referência: 4º trimestre de 2021

O Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho é uma publicação periódica da Diretoria de Emprego e Renda (DIER/SDE). A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNADC, divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado de Santa Catarina

Jairo Luiz Sartoretto
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Diego Goulart
Diretor de Desenvolvimento de Emprego e Renda

Ricardo Amorim
Gerente de Políticas de Emprego e Ocupação

Elaboração:

Dr. Leandro dos Santos
Sociólogo
Dr. Pietro Caldeirini Aruto
Economista

Florianópolis, 13 de maio de 2022.

Com uma taxa de 4,5%, Santa Catarina alcança o menor percentual de desempregados no Brasil, conforme dados divulgados pela última PNADC.

INTRODUÇÃO

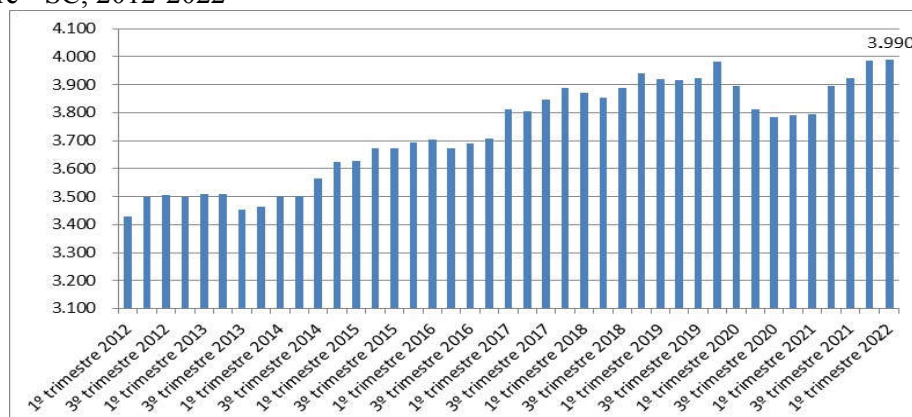
O Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho é uma publicação periódica da Diretoria de Emprego e Renda (DIER/SDE) no qual se apresenta a evolução dos principais indicadores do mercado laboral em Santa Catarina. O objetivo é oferecer um instrumento sintético de monitoramento das condições do mercado de trabalho para subsidiar a reflexão e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas de trabalho e desenvolvimento econômico no Estado. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNADC, divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Força de trabalho: Classifica-se como força de trabalho o conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

De acordo com os dados da última PNADC/IBGE, referente ao 1º trimestre de 2022 (jan./fev./mar.), a força de trabalho total em Santa Catarina foi estimada em 3,990 milhões de pessoas. Conforme apresentado no gráfico 1 abaixo, esta é a maior marca desde o início da série histórica da pesquisa que teve início em 2012.

Na comparação com o levantamento anterior (4º tri. de 2021), houve um acréscimo de 3 mil pessoas, o que significou uma variação positiva de 0,1% da força de trabalho no estado.

Gráfico 1: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (em milhares), por trimestre - SC, 2012-2022



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: DIER/SDE.

População ocupada: Classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período, trabalharam pelo menos 1 hora completa em trabalho remunerado ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), em trabalho sem remuneração direta ou as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas. As **posições na ocupação** classificam-se em: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar. A **categoria da ocupação** se refere ao enquadramento legal dessas posições, tais como: empregado com ou sem carteira de trabalho assinada, regime estatutário, empregador e conta própria com ou sem CNPJ.

Dentro da força de trabalho, a população ocupada no estado somou 3,808 milhões de pessoas. O montante, no entanto, é menor que os dados levantados na última pesquisa, conforme se pode observar na tabela 1 abaixo. Em números absolutos, na comparação com o trimestre anterior (3,815 milhões), a diminuição foi de 7 mil pessoas, o que significou uma variação de -0,2%.

Tabela 1: Ocupados por posição na ocupação, setor e categoria do emprego – SC, 1º tri. de 2022; 1º e 4º tri. de 2022

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Trimestre			Comparação com o trimestre anterior	
	1º trimestre 2021	4º trimestre 2021	1º trimestre 2022	Diferença	Variação (%)
Total	3.552	3.815	3.808	-7	-0,2
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.861	2.085	2.109	24	1,2
Empregado no setor privado - com carteira de trabalho assinada	1.656	1.833	1.861	28	1,5
Empregado no setor privado - sem carteira de trabalho assinada	205	252	248	-4	-1,6
Trabalhador doméstico	128	151	144	-7	-4,6
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	50	49	41	-8	-16,3
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	78	102	103	1	1,0
Empregado no setor público	398	360	341	-19	-5,3
Empregado no setor público - com carteira de trabalho assinada	56	47	40	-7	-14,9
Empregado no setor público - sem carteira de trabalho assinada	55	58	50	-8	-13,8
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	287	255	251	-4	-1,6
Empregador	192	192	192	0	0,0
Conta própria	885	960	971	11	1,1
Trabalhador familiar auxiliar	88	68	52	-16	-23,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração: DIER/SDE.

Dentre as ocupações, em números absolutos, o empregado no setor privado (que representa 55% do total de ocupados) foi a posição onde se registrou o maior aumento (24 mil pessoas na comparação com o trimestre anterior, equivalente a uma variação de 1,2%). A expansão no total de empregados ocorreu exclusivamente na categoria com carteira assinada (28 mil), já que na informalidade (sem carteira) houve redução de -4 mil vínculos de emprego.

Entre as pessoas que trabalham por conta própria (segundo maior contingente, representando 25% dos ocupados), houve um aumento de 11 mil pessoas, o que representa 1,1% na comparação entre os últimos dois trimestres pesquisados. Chama atenção, e serve de alerta, que a ampliação significou também um aumento da informalidade, pois a entrada de novos trabalhadores deveu-se exclusivamente sem CNPJ (24 mil e variação de 3,8%), contra -13 mil (variação de -3,6%) registrados, quer dizer, com CNPJ.

Quanto aos empregadores (que representam 5% dos ocupados no estado), não houve alteração no contingente total, permanecendo em 192 mil pessoas. A movimentação ocorreu internamente, onde a saída de 7 mil empregadores com CNPJ foi compensada (ao menos em termos quantitativos) com a entrada de 7 mil sem CNPJ.

No trabalho doméstico (correspondente a 4% dos ocupados), a redução entre os últimos dois trimestres foi de 7 mil pessoas e deveu-se exclusivamente com a saída de 8 mil pessoas com vínculo formal (isto é, com carteira), o que representou uma variação substancial de -15%. Em contraposição, ocorreu a entrada de 1 mil pessoas sem registro na carteira.

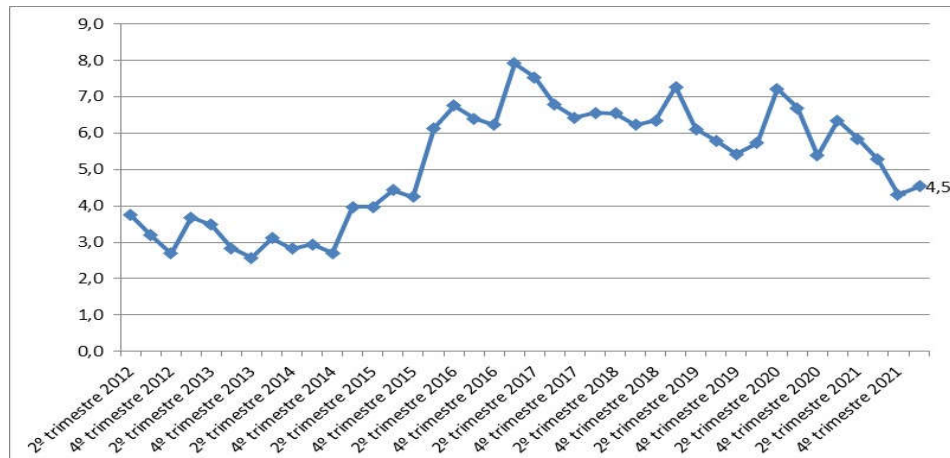
Por fim, no setor público (que somam 9% dos ocupados no estado) houve uma redução significativa no contingente de trabalhadores, foram -19 mil entre os últimos dois trimestres (equivalendo a uma variação de -5,3%).

População desocupada: Classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência da pesquisa. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de 4 meses após o último dia da semana de referência.

Quanto à população desocupada, foi estimada em 181 pessoas em Santa Catarina. Na comparação com o trimestre anterior, registrou-se um acréscimo de 9 mil pessoas na procura de empregos.

Com o acréscimo do número de desocupados, também se verificou um leve aumento na taxa de desocupação, que subiu de 4,3% (no último trimestre de 2021) para 4,5% neste 1º trimestre de 2022.

Gráfico 2: Taxa de desocupação, na semana de referência, por trimestre (em %) – SC, 2012-2022.



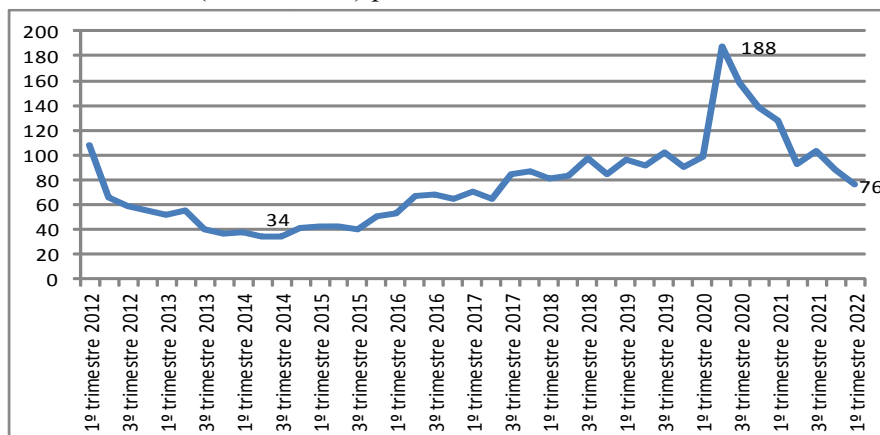
Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL: A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. É formado por dois grupos: 1) pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; 2) pessoas consideradas em desalento, que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

No estado, a força de trabalho potencial encontra-se estimada em 76 mil pessoas, conforme último levantamento da PNADC para o primeiro trimestre de 2022. Na comparação com o trimestre anterior, houve uma diferença de -12 mil pessoas, o que significou uma variação de -13,6%. Em relação ao primeiro trimestre de 2021, a queda foi ainda mais intensa, de 40%.

Dentro da série histórica, após o pico registrado no segundo trimestre de 2020 (188 mil), verificou-se uma queda contínua, apenas interrompida pelo terceiro trimestre de 2021. Atualmente, o contingente populacional na força potencial figura próximo aos patamares do começo de 2017.

Gráfico 3: Pessoas de 14 anos ou mais de idade que compõem a força de trabalho potencial na semana de referência (em milhares) por trimestre – SC, 2012-2022.



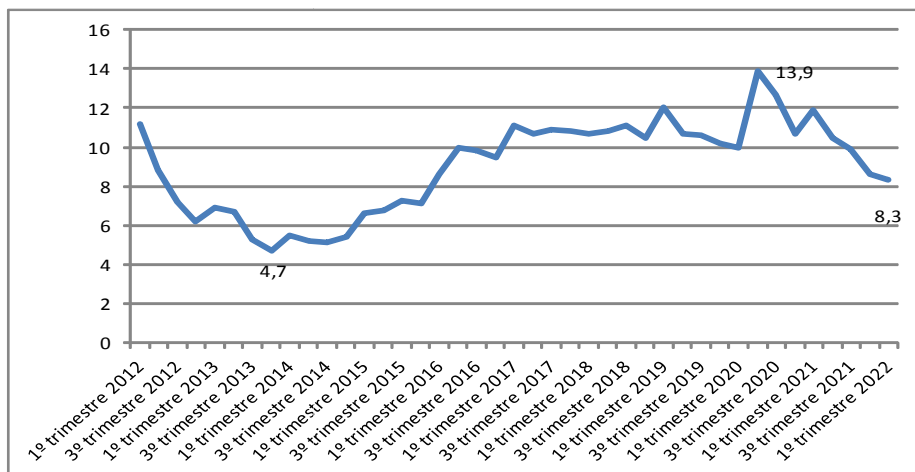
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: DIER/SDE.

TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: Considera a proporção de pessoas desocupadas, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial (composta por pessoas em duas situações: (I) realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana (II) não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis na semana) sobre a quantidade de pessoas na força de trabalho ampliada (força de trabalho e força de trabalho potencial).

No total, conforme dados para o primeiro trimestre de 2022, o percentual da população subutilizada foi estimado em 8,3% da força de trabalho em Santa Catarina. Na comparação com o trimestre anterior, a diferença foi de -0,3 pontos percentuais e na comparação com o mesmo período de 2021, a diferença foi de -3,2 p.p. Desde o segundo trimestre de 2020, a taxa de subutilização da força de trabalho vem caindo substancialmente, ainda assim, a taxa está 4,4 p.p. acima da mínima histórica, registrada no quarto trimestre de 2013.

Dentre os diferentes subgrupos que compõem a taxa composta de subutilização, a queda na taxa verificada nos últimos dois trimestres foi uma decorrência da redução do número de pessoas subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (-10 mil) e da força de trabalho potencial (-8 mil), uma vez que houve um aumento no número de desocupados (+9 mil).

Gráfico 4: Taxa composta da subutilização da força de trabalho (em %), por trimestre – SC, 2012-2022

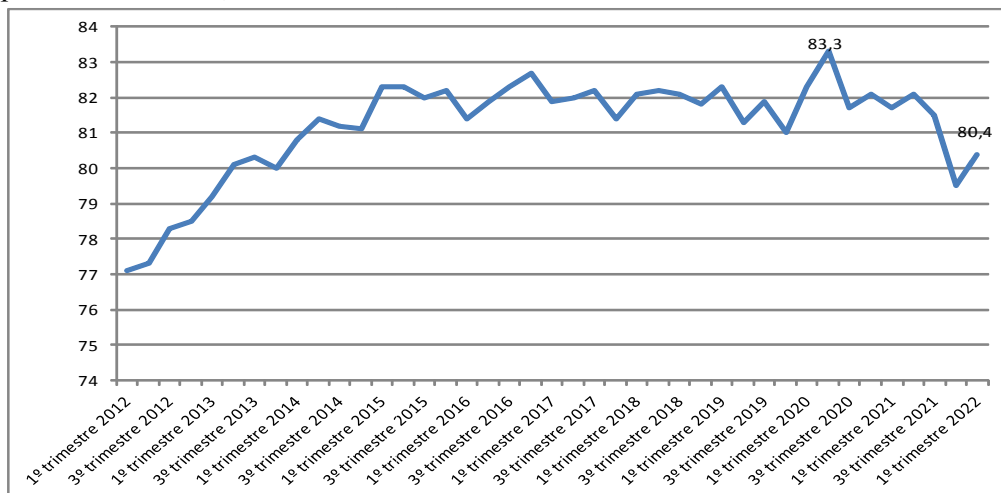


Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

TAXA DE FORMALIDADE: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência em qualquer trabalho dentro da população ocupada na semana de referência (em %)

Em Santa Catarina, o percentual de pessoas, em qualquer trabalho, que contribuem para a previdência foi estimada em 80,4% do total de ocupados. Na comparação com o trimestre anterior, registrou-se um avanço de 0,9 pontos percentuais; e em relação ao mesmo período de 2021, a diferença foi de -0,7 p.p. Na listagem das Unidades da Federação, SC lidera a taxa de formalidade no primeiro trimestre de 2022, bem acima da média brasileira (63,2%).

Gráfico 5: Percentual de contribuintes ao instituto de previdência em qualquer trabalho, por trimestre – SC, 2012-2022



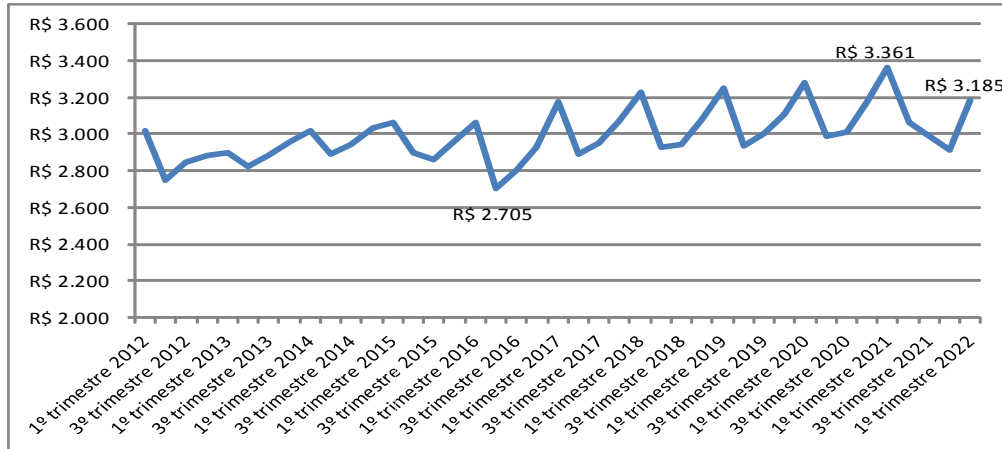
Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

Conforme trajetória ilustrada no gráfico acima, o aumento nesse indicador de formalidade ocorre em decorrência do maior ingresso de empregados com carteira assinada em comparação com os não formalizados. Por sua vez, o pico observado no segundo trimestre de 2020 (que coincide com o maior nível da força de trabalho potencial e uma das maiores de desocupação dentro da série histórica) se explica pela maior resiliência dos postos de trabalho formais em comparação com os não protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária.

Rendimento médio real efetivamente recebido no trabalho principal: É o rendimento bruto real médio efetivamente recebido no mês de referência no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

No primeiro trimestre do ano, o rendimento médio efetivamente recebido no trabalho principal equivaliu a R\$ 3.185. Em relação ao trimestre anterior, houve uma substancial elevação de 9,4% no rendimento médio real, o que representa, portanto, uma elevação do poder de compra do salário do trabalhador catarinense no último trimestre, em torno de R\$ 274. Contudo, em relação ao mesmo período de 2021, houve uma redução do rendimento médio, de -5,2%.

Gráfico 6: Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – SC, 2012-2022



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Para cálculo do valor real é utilizado o deflator da média do último trimestre de coleta divulgado, conforme a Nota Técnica (maio/2015 - atualizada em 16/10/2018).